



20/05/2020

Número: **0001037-12.2015.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **08/10/2015**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIO JOSE NUNES (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20585 247	16/04/2019 10:14	<a href="#">[VOL 1][Petição Inicial]</a>	Petição Inicial
23041 898	28/07/2019 16:27	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
30604 681	12/05/2020 20:03	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
30604 683	12/05/2020 20:03	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
30643 194	13/05/2020 20:08	<a href="#">Informação</a>	Informação



**TRIGUEIRO & NOBREGA**

ADVOGADOS ASSOCIADOS

02/08/2015

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUÍ – ESTADO DA PARAÍBA**

0001037-12.2015.815.0271



Protocolo  
17 08 2015  
nm

**ANTONIO JOSÉ NUNES**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador da Carteira de Identidade nº. 3.612.311 -SSP/PB e do CPF nº. 096.792.144-94, residente e domiciliado no Sítio Vassourinha, zona rural, Nova Palmeira-PB, vem por meio do seu procurador, Advogado "in fine" assinado, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, 75, Centro, Picuí – PB onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

## **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT c/c REPARAÇÃO DE DANOS**

em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, Cep: 20.031-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

### **PRELIMINARMENTE**

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, o promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior

1

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como **"direito e garantia fundamental"** do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

#### DOS FATOS

Cumprе ressaltar inicialmente que no dia 26/08/2012, por volta das 18h30min, o requerente foi vítima de acidente de trânsito, queda de moto, conduzindo uma moto Honda CG Today, se deslocando por uma estrada Vicinal Rural, quando ao transpassar por uma curva fechada, nas proximidades do Sítio Poço de Pedra, zona Rural de Nova Palmeira, colidiu com outra motocicleta que trafegava na direção contrária, vindo conseqüentemente cair ao solo. Deste modo, devido o sinistro, o *autor permaneceu lesionado gravemente na cabeça, no membro inferior direito, e no joelho direito, além de ter sofrido também várias escoriações.*

Frisa-se, que segundo o Boletim de Ocorrência nº 068/2015 expedido pela Delegacia de Polícia Civil de Pedra Lavrada-PB, o requerente no momento do acidente conduzia uma moto HONDA TODAY, cor vermelha, ano/mod 1991/1991, placa LX-137/PE, chassi 9C2JC18011MR5651197, licenciada em nome Nivaldo Alves dos Santos.

Também denuncia a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, o requerente foi socorrido para o Hospital Regional de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes em Campina Grande, , onde foi submetido a tratamento médico cirúrgico e permaneceu internado, tendo ficado incapacitado para as suas ocupações habituais por mais de **60 dias**.

Destarte, que desse sinistro o requerente permaneceu inválido permanentemente, conforme denuncia o atestado em anexo.

Logo, nos leva a concluir pela invalidez permanente do mesmo, devendo esse nobre juízo reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o at. 3º da lei 6.194/74, inciso II,





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

o qual é no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

04/11/19

### DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;*

*e*

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”*

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é renunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

*“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”*





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente**, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

05/04/2019

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

*134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3º C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)*

*6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovisionamento da apelação. Manutenção da sentença. **Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de***





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

06  
um

**culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução.** (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito do autor em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro do requerente ter acontecido no ano de 2012, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pelo autor/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Carter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a conseqüente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

...

**§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a**







## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

27/11/19

invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

### ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas  
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000  
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777  
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

08/04/2019

<b>Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais,</b> cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	<b>100% (CEM POR CENTO)</b>
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
<b>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores</b>	<b>70</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
<b>Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo</b>	<b>25</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
<b>Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho</b>	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas na cabeça (100% - cem por cento), no membro inferior direito (70% setenta por cento) e no joelho direito (25% vinte e cinco por cento)**, o que perfaz um percentual superior aos 100% (setenta por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, referente a sua perda funcional.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e,







**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

OS  
TAM

como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a conseqüente comprovação da invalidez permanente apresentada pelo autor.

Destarte, que a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por conseqüência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

*"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."*

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal conseqüência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

*"AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)"*

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data do citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. **Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação.** (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inafastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do esgotamento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastando a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, **a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação,** se o acidente ocorreu após a vigência





## TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

12/03/19

do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)

Logo, está satisfeito o promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

### III - DOS PEDIDOS

**ANTE AO EXPOSTO**, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art.186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, requerer a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente sofrida pelo promovente **na cabeça, membro inferior direito e joelho direito**, ou seja, cem por cento de uma invalidez permanente total. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 221, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, juros moratórios a partir da data da citação e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta.





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

13/08/2019

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, visto que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme enuncia o §1º do art. 11 da Lei 1060/50.

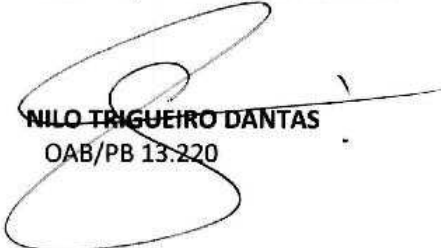
g. Seja o autor submetido a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da parte vencida ao final da ação.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais, sem prejuízo de outras provas eventualmente cabíveis.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nesses Termos,  
pede deferimento.

Picuí – PB, 17 de agosto de 2015.

  
**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB/PB 13.220







**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

*Handwritten signature/initials.*

**Anexo 01**

**QUESITOS**

- 1) *Se existe nexo causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*
- 2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*
- 3) *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*
- 4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*
- 5) *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: “75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais”.*





**TRIGUEIRO & NOBREGA**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

15  
2019

**Anexo 02**

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

<b>Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</b>	<b>Percentual da Perda</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	<b>Percentuais das Perdas</b>
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





# Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

## PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

*16/04/2019*

O (a) Outorgante ANTONIO JOSE MORAES,  
brasileiro (a), solteiro, agricultor, portador(a) do RG nº.  
3.632.331 expedido por SSP/PB em 11/12/2007 e do CPF nº.  
090.792.544-99, residente na(o) Sítio Anahi,  
Rua Geral, 1511º, município de  
Pedra Lavada - PB, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e  
constitui seu bastante procurador e advogado o Bel. **NILO TRIGUEIRO DANTAS, OAB-PB 13.220**,  
brasileiro, solteiro, advogado, com endereço profissional na Klick Consultoria, Assessoria e  
Serviços LTDA, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 75, Centro, Picuí-PB, fone (0\*\*83) 3371-  
2274, ao qual confere poderes para o foro em geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do  
código de Processo Civil, podendo confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar  
compromissos, prestar primeiras e últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus  
termos, impugnar créditos ou concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo,  
instância ou Tribunal, repartições públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou  
separadamente, bem como subestabelecer com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 14 de agosto de 2015.

ANTONIO JOSE MORAES

Outorgante

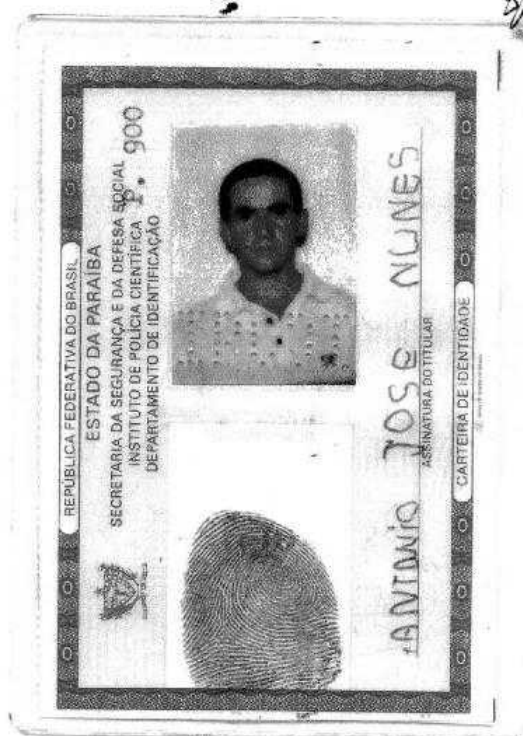
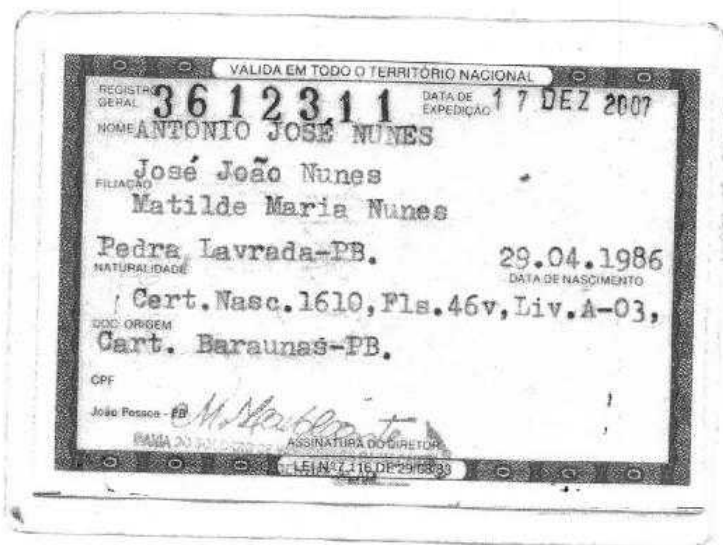
Av. Getulio Vargas, 75, Centro  
Picuí - PB

CEP: 58.187.000

E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com.br  
nilotdantas@hotmail.com

(83) 3371 2274 / 9912 5490 / 9104 9190





**DECLARAÇÃO**  
**(Lei 7.115)**

48  
10/11

Eu, Antonio Jose Nunes,  
brasileiro(a), salteiro, agricultor, portador do  
RG nº 3.652311 expedido por SSP / PB e do CPF nº  
096.792.344-94, residente na(o)  
Sete Outeiros, Picuí, PB, município  
de Pedra Lavrada - PB DECLARO, nos precisos termos do art. 1º da lei nº 7.115  
de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de custas  
processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não me  
permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento  
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**  
**ENUNCIADO.**

Declarando ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e  
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB 14 de agosto de 2019

ANTONIO JOSE NUNES

DECLARANTE

(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.**

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162ª da Independência e 95ª da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel / Hélio Beltrão





27-09-2013



011790

## COMUNICAÇÃO DE DECISÃO

NIT. 1.199.047.729.6

Número do Benefício: 601.689.569.9

Espécie: 31

Ao Sr(a): ANTONIO JOSE NUNES

Endereço: QUATI SN, ZONA RURAL

CEP: 58.180.000

Município: PEDRA LAVRADA

UF: PB

Assunto: Requerimento da Pedido de Prorrogação

Decisão: DEFERIDO.

Motivo: Constatação de incapacidade laborativa

Fundamentação Legal: Art. 59 da Lei Nº 8.213, de 24/07/1991 e arts. 71 e 78 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/1999.

Prezado(a) Senhor(a),

Em atenção ao requerimento de Pedido de Prorrogação, efetuado em 17/07/2013, a Previdência Social comunica que foi reconhecido o direito à prorrogação do benefício, em razão do exame médico-pericial realizado pelo INSS ter concluído que existe incapacidade para o trabalho e/ou atividade habitual.

O Auxílio-Doença foi concedido até 19/09/2013 Data da Cessação do Benefício - DCB.

Caso não recupere a capacidade para o trabalho e/ou atividade habitual até a data da cessação fixada, o(a) Senhor poderá requerer novo exame médico-pericial, mediante Pedido de Prorrogação - PP, no prazo de 15 (quinze) dias antes da cessação do benefício 19/09/2013 observado o disposto no artigo 78, § 2º, do Regulamento da Previdência Social.

Cessado o benefício, o(a) Senhor(a) poderá requerer novo exame médico-pericial, mediante Pedido de Reconsideração - PR ou apresentar Recurso à Junta de Recursos da Previdência Social, ambos no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir de 19/09/2013, observado o disposto nos arts. 78, § 1º e 305, § 1º, do Regulamento da Previdência Social aprovado pelo Decreto nº 3.048/99.

Os Pedidos de Prorrogação, de Reconsideração e a apresentação do Recurso poderão ser agendados por meio do portal da Previdência Social na internet ([www.previdencia.gov.br](http://www.previdencia.gov.br)), da Central 135 ou em uma Agência da Previdência Social.

Caso haja recuperação da capacidade para o trabalho e/ou atividade habitual antes do prazo fixado, orienta-se o comparecimento a uma Agência da Previdência Social para marcação de exame médico-pericial.

O prazo para a revisão do benefício é de 10 (dez) anos contados da data da concessão ou do indeferimento, de acordo com o prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91 e art. 347 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99.

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

AG DA P S CAMPINA GRANDE - DINAMERICA

ENDEREÇO: AV. DINAMERICA ALVES CORREIA, S/N - SANTA ROSA

CEP: 58416.680

MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE

UF: PB

Impresso pela Dataprev

FORM: ATU40



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 16/04/2019 10:12:37

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904161014330000000020023415>

Número do documento: 1904161014330000000020023415

Num. 20585247 - Pág. 18

ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL  
7ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL-PICUI/PB  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PEDRA LAVRADA /PB  
Rua Cirilo Cordeiro, 79, centro – Pedra Lavrada/PB



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL. Nº 068/2015

20/08/2015

DATA, HORA e LOCAL DO FATO: 26/08/2012, Às 18hs30min, Sítio Poço de Pedra, zona rural, Nova Palmeira/PB.

**COMUNICANTE:** ANTONIO JOSÉ NUNES, brasileiro, solteiro, agricultor, com 29 anos de idade, nascido no dia 29/04/1986, filho de José João Nunes e de Matilde Maria Nunes, residente no Sítio Quati, zona rural, Pedra lavrada/PB, portador da cédula de identidade nº 3612311, SSP/PB, CPF 096.792.144-94.

**HISTÓRICO:** Que no dia 26 do mês de agosto do ano de 2012(26/08/2012), por volta das 18hs30min, saiu de sua residência com destino a cidade de Nova Palmeira, Trafegando por uma estrada vicinal, conduzindo o veículo marca modelo Honda CG 125 Today, ano 1991, cor vermelha, placa LX137/PE, chassi 9C2JC18011Mr5651197, licenciada no DETRAN em nome NUIVALDO ALVES DOS SANTOS, CPF 68191740478, e ao chegar no Sítio Poço de Pedra, zona rural município de Nova Palmeira, mais precisamente em uma Curva fechada, colidiu de frente com outra moto; Que em virtude do acidente o comunicante sofreu fratura exposta no fêmur direito, fratura no joelho direito, fratura na face do lado direito, além de várias escoriações pelo corpo; Que o comunicante foi socorrido por uma ambulância do SAMU para o hospital de Emergência e Trauma da cidade de Campina Grande/PB, onde passou mais de um mês internado, sendo submetido a várias cirurgias. **TESTEMUNHAS:** MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO DANTAS, residente No Sítio Serra Baixa, zona rural, Nova Palmeira /PB, e MARIA DA CONCEIÇÃO DE LIMA, residente No sítio quati, zona rural, Pedra Lavrada /PB. Nada mais havendo a constar dei por encerrado o presente registro, que segue devidamente assinado pelo comunicante e por mim, Escrivão que o registrei e digitei.

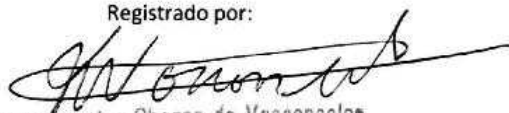
Pedra Lavrada/PB, 11 de agosto de 2015.

COMUNICANTE: ANTONIO JOSE NUNES

TESTEMUNHAS: Maria da Conceição Lima das Santos

Maria Aparecida do Nascimento Dantas

Registrado por:

  
Francisco das Chagas de Vasconcelos  
ESCRIVÃO DE POLÍCIA



2/000

**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTERIO DA JUSTICA**

DETRAN - PE  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO

PE N°: 236017464

FA - 01 - 189583681 - R.T.S. - 1996

MODELO/ENDEREÇO - P/ CORREIOS

NIVALDO ALVES DOS SANTOS  
SERRA TALHADA PE

RUA UM 145  
CS - CENTRO 56900

CRÉDITO - 681.917.404/78 - PLACA - LN157

PLACA ANTIGUA - NC00000463 - CHASSI - 5C2JC1801MR565197

ESPECIAL TIPO - COMBUSTIVEL -

MARCA/MODELO - H/HONDA CG 125 TODAY - 1991 - 1991

COR PREDOMINANTE - 0124/CIL - PARTIC - VERMELHA

COTA UNICA - 0,0000 - \*\*PAGO\*\* - 1 - \*\*\*\*\*

QUANTIDADE DE COTAS - 002802 - AUFIR - 0,000034 - \*\*\*\*\*

PREMIO LIQUIDO (R\$) - 48,37 - COTA - 0,51 - 49,34 - 29/11/96

VEICULO LICENCIADO

SERRA TALHADA - 1/10/96





22/08/15

ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA LAVRADA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
COORDENAÇÃO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA  
SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192 PEDRA LAVRADA

**DECLARAÇÃO**

Declaro para os devidos fins de direito, que o SAMU 192- Pedra Lavrada, prestou atendimento pré-hospitalar a paciente **ANTÔNIO JOSÉ NUNES**, natural de Pedra Lavrada – PB, 29 anos, portador de Identidade nº 3612311, vítima de acidente de motocicleta, no dia 26 de Agosto de 2012, na zona rural de Nova Palmeira, sendo o mesmo encaminhado ao Hospital Regional de Picuí e após avaliação médica transportado para Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande .

Pedra Lavrada, 13 de Agosto de 2015.

*Vivian Maria Vasconcelos Tavares*

**Vivian Maria Vasconcelos Tavares**  
*Coordenadora de Urgência e Emergência*



**SUS** SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

**ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE**

**FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL**

ENTIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO

CÓDIGO DA UNIDADE: 0023671 CNPJ / CPF: 08.778.268/0001-60

NOME: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES

END.: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS

MUNICÍPIO: CAMPINA GRANDE ESTADO: PARAÍBA UF: 25

PACIENTE: JOSE ANTONIO NUNES

NOME: JOSE ANTONIO NUNES SEXO: MASCULINO IDADE: 26,0

PROFISSÃO: COZINHEIRO DOCUMENTO: SEM DOCUMENTO ZONA RURAL

END.: NOVA PALMEIRA BAIRRO: PG CEP: 25183-000

MUNICÍPIO: 27-08-2012 ESTADO: PARAÍBA

DATA DO ATENDIMENTO: 27-08-2012

RAÇA / COR: ( ) 1 - BRANCA ( ) 2 - PRETA ( ) 3 - PARDAS ( ) 4 - AMARELA ( ) 5 - INDÍGENA ( ) 99 - SEM INFORMAÇÃO

ANAMNESE E EXAME FÍSICO SUMÁRIOS:

PC, QUESO DE MOTO + ALCOOL + SEM CAPACETE + 14 FEZ 12 ATEN DIMENTO NO OUTRO SERVIÇO APRESENTANDO TCE, TRAUMA DE FACE + DEFORMIDADE DE MIO + SANGRAMENTO

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE:

TIPOS: ABDOME e TÓRAX SI ALTERAÇÃO

RESULTADOS: 40 EXAME

MAMI: PULSO PERIFÉRICOS PRESENTES

ATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS

01 UNID - 34mm (CATETER)

SE 0,9% 3000ml (EV)

10ml - 40 (EV)

10ml - 20 (EV)

S.N.D.

AGNÓSTICO / CID: Queda de moto

27/08/18

NATUREZA DA CONSULTA

CONSULTA BÁSICA (PAB):

CONSULTA ESPECIALIZADA:

PROCEDIMENTO:

SOLICITAÇÃO DE NEUROCIRURGIA + ORTOPEDIA

TIPO DE ATENDIMENTO

☐ 01 - URGÊNCIA

☐ 02 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA

☐ 03 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO

☐ 04 - OUTROS TIPOS DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

☐ 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS E FÍSICOS

MEDICAÇÃO

☐ 1 - PRESCRITA

☐ 2 - APLICADA

ENCAMINHAMENTO

☐ OBSERVAÇÃO

☐ RESIDÊNCIA

☐ INTERNA

☐ OUTRO HOSPITAL

☐ ÓBITO

☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS:

CÓDIGO / PROCEDIMENTO:

CBO:

IDADE:

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(AS) ASSISTENTE(S): CARIMBO

ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

OU POLEGAR DIREITO

ASS. DO REVISOR TÉCNICO: 1 - CARIMBO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO







GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes

### Ficha de Acolhimento

Nome: Jose Antonio Nunes

End.: Sítio Doce de Leite Bairro: Novo

Data de Nascimento: 1 26 anos Documento de Identificação: Patronato

Queixa: Acid Músc Data do Atend.: 31/08/12 Hora: 00:20 Documento:

### Classificação de Risco

Nível de consciência: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Baixo Aspecto: ( ) Calmo ( ) Eúctico de dor ( ) Gemente

Frequência respiratória: Frequência cardíaca:

Pressão arterial: Temperatura axilar:

Dosagem de HGT. Mucosas: ( ) Normocorada ( ) Pálida

Deambulação: ( ) Livre ( ) Cadeira de rodas ( ) Maca

### Estratificação

(X) Vermelho - atendimento imediato  
( ) Verde - atendimento até 4 horas

( ) Amarelo - atendimento até 1 hora  
( ) Azul - atendimento ambulatorial

Vanessa D. Carvalho de Souza  
ENFERMEIRA  
COREN-PA 123456

Assinatura e carimbo do profissional



**Folha de Tratamento e Evolução**

### Diagnóstico

to write in  
your report

Paciente	Data	Prescrição Médica	Horário	Leito	Convênio	Evolução Médica
Jose Antonio Neves	27/08/12	1. Amox 500mg 1000mg/1hr 365% 1000mg/1hr	18	2		3. pueri
		2. Cefazolin 500mg 8/12hr	18	2		
		3. Cefazolin 500mg 8/12hr	18	2		
		4. Cefazolin 500mg 8/12hr	18	2		
		5. Metronidazol 500mg 8/12hr	18	2		
		6. Dexam 1mg 8/12hr	18	2		
		7. Fentanyl 1mg 8/12hr	18	2		
		8. Dexam 1mg 8/12hr	18	2		
		9. Paracet 800mg 8/12hr	18	2		

DR. SCHUBERT COSTA  
Ortopedia - Traumatologia  
Cirurgia da Coluna  
CRM 1022

DR. SCHUBERT COSTA  
Ortopedia - Traumatologia  
Cirurgia da Coluna  
CRM 1022



**Folha de Tratamento e Evolução**

### Diagnóstico

① The ...

[illegible]

# Dom Luis Gonzaga Fernandes

Nome do Paciente		Nº Prontuário	
José Antônio Nunes		81	
Data da Operação	Enf.	Leito	
27/09/12			
Operador	1º Auxiliar	Instrumentador	
Dr. Amaro Jorge	Dr. Paulo		
2º Auxiliar	3º Auxiliar		
Anestesia	Tipo de Anestesia		
Dr. Luiz Felipe	Expiratório		
Diagnóstico Pré-Operatório			
Fratura de Septo do 3º dente			
Tipo de Operação			
Fluxo de 30 dias			
Diagnóstico Pós-Operatório			
estenotomia nos 3º e 4º dentes			
Relatório Imediato da Patologia			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Operação			

## DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspectos Visceras
1) Torção em decubito dorsal
2) Anestesia e Antiespasmódico
3) Apertar o corpo do dente
4) Relação com o aparelho ortodontico
5) Dessecação por meio do uso de Frutiger
Fluxo com dificuldade de ser retirado
6) Retirada do dente
7) Bloqueio do dente 4, 5 e 6
8) Bloqueio do dente 4, 5 e 6
9) Sutura com fio 3/0
10) Sutura com fio 3/0
11) Sutura com fio 3/0
12) Sutura com fio 3/0

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

Dr. Amaro Jorge  
Traumatologia





Folha de Tratamento e Evolução

Diagnóstico

Exp. Force

Fratura

Paciente) José Antonio Alojamento) 2 Leito) 2 Convênio)

Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
28/08/19	1) Lidoc 100ml		
	2) SPC 100mg + 100ml	500 500 500	fez evolui estável
	3) Clonazepam 1mg + 100ml	12 20 04	1/1 fev
	4) Clonazepam 1mg + SPC 100mg	12	Fez evolui estável
	5) Metoprolol 50mg + 100ml	12 20 04	
	6) Metoprolol 50mg + ANE 100ml	12 18 24 06	CM: V. A. M.
	7) Lidoc 100ml + ANE 100ml	12 18 24 06	
	8) Clonazepam 1mg + ANE 100ml		
	9) Lidoc 100ml		
	10) Descompressão B.M.F.		
	descompressão B.M.F.		

B.M.F.: 28/08/19 14:00h.  
Paciente com dor de garganta de  
modo, apresentando melhora de ex-  
maxila + limitação de abertura  
bucal sem maiores alterações.

BS: Subito de dor de  
garganta.

RETORNADO  
F.R. 14h DE 7160h  
2º E.  
\*COMBINAR MESMO VENTILADOR





**Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande**  
**Dom Luis Gonzaga Fernandes**

Nome do Paciente: <u>Antônio José N</u>			Nº Prontuário: <u>28</u>
Data da Operação: <u>28/04/2019</u>	Enf.:	Leito:	
Operador:		1º Auxiliar:	
2º Auxiliar:	3º Auxiliar:	Instrumentador:	
Anestesia:	Tipo de Anestesia:		
Diagnóstico Pré-Operatório: <u>Pericardite local - contusão de</u> <u>superfície posterior SUP e INF (D).</u>			
Tipo de Operação: <u>Reconstrução posterior de Superfície</u> <u>posterior SUP e INF (D).</u>			
Diagnóstico Pós-Operatório: <u>o mesmo</u>			
Relatório Imediato da Patologia: <u>no Hema</u>			
Exame Radiológico no Ato: <u>no Hema</u>			
Acidente Durante a Operação: <u>no Hema</u>			

**DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO**

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspectos Viscerais

- ① Acesso pelo pericardio
- ① Desbridamento do tecido
- ③ Sutura por pontos
- ④ Curativo exposto

BA

Mod. 018

**RELATÓRIO DE OPERAÇÃO**



## Folha de Tratamento e Evolução

Paciente	Alojamento	Leito	Convênio
Yosef Antonio	2	2	
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
02/09/12	① Kieta livre		Paciente admitido em sala de emergência.
	② SF 0,9% 500ml 24h (E)	12:00	Exame físico normal.
	③ cefazolina 1g (E) 8/8h	12:00	Exame de urina normal.
	④ gentamicina 240mg + SF 0,9% 1x/dia (E)	12:00	Exame de sangue normal.
	⑤ Metronidazol 500mg 8/8h (E)	12:00	
	⑥ Clopidogrel 75mg + ABD (E) 06/08h	12:00	
	⑦ Tetraciclina 500mg + ABD (E) 4x/dia	12:00	
	⑧ Simvastatina 40mg + ABD (E) 4x/dia	12:00	
	⑨ clonazepam 1mg 4x/dia	12:00	
	⑩ Curatela	12:00	
	⑪ CCAG + SSV	12:00	
			BNF
			Paciente apresentando
			fratura de fêmur (Ligament I).
			Evolução satisfatória.
			Aguardando oportunidade cirúrgica
			concomitante e ortopédica.

Plano de Tratamento e Evolução  
Código 3105

Folha de Tratamento e Evolução

Paciente	Alojamento	Leito	Convênio
OK Alex Antônio	2	2	
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
10/09/12	1. Dieta Livre		Paciente estável sem alterações
09/12	2. SF 0,9% 1500 ml EV 24h	12 20 20	queixa
	3. Cefazolima 1g EV 8/8h	12 20 04	limpo
	4. Cefazolima 40mg SC 1x/dia	18 18	paciente em repouso físico
	5. Dexamet 4 EV 6/6h	12 18 24 06	
	6. Enxerto	12	
			Dr. João Luiz Neto Médico (CR-MEC 2251)
18/09/12	1. Dieta que até 2ª ordem		Paciente estável sem queixas
	2. SF 0,9% 1500 ml EV 24h	12 20 20	agitação leve, boa cooperação
	3. Cefazolima 1g EV 8/8h	12 20 04	comprimidos de paracetamol 500mg
	4. Cefazolima 40mg SC 1x/dia	18 18	em repouso físico
	5. Dexamet 4 EV 6/6h	12 18 24 06	em repouso físico
	6. Enxerto	12	
			Dr. Camila Lima Vieira Médica (CR-MEC 2251)

BMF 17/09/12

Paciente apresentando fadiga  
de todos os membros de pa no mo-  
mento sem incidência ou alteração de  
alterações laboratoriais. Foi prescrito para o  
paciente realizar fisioterapia em conjunto com o  
fisioterapeuta do setor para a realização de exercícios  
de fortalecimento muscular.





GOVERNO  
DA PARAÍBA



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DE CAMPINA GRANDE DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

SERVIÇO SOCIAL

FICHA SOCIAL

Nome: José Antonio Nunes Idade: 26  
Como é conhecido(a) — Ala 001 Enf 2 Leito 2  
Data de admissão 27/08/12 Procedência Nova Palmera  
Endereço: Sítio Povo de Pedro d'Água Pedra D'Água  
Ponto de Referência Posto de saúde  
Com quem reside? com a companheira e um filho  
Resp. Paula Alves Nunes Telefone: 86176401

DADOS SOCIAIS:

Está inserido em algum Programa Social? Não ( ) Sim (x) Qual? PBF  
É acompanhado por algum Serviço de Saúde? Não ( ) Sim (x) Qual? U. B.S.F  
Causa da admissão: Queda de moto

Se adulto ou idoso:

Estado civil: união estável Tem filhos: Não ( ) Sim (x) Quantos? 2  
Profissão: Agricultor Fuma? Não (x) Sim ( ). Faz uso de bebida alcoólica?  
Não ( ) Sim (v) Eventualmente ( ). É etilista ( ).

Se criança ou adolescente:

Estuda: Sim ( ) Não ( ). Que série está cursando? —  
Profissão dos pais ou responsável: —

Observações Acompanhado pela companheira Maria  
recebendo orientações sobre doenças e cuidados  
doença.

28/08/12  
Glvanize Távares da Sil.  
ASSISTENTE SOCIAL  
CRESS 1709

Mod. 076



**Folha de Tratamento e Evolução**

Tudo preenchido		Alojamento) 02	Leito) 02	Convênio)
<b>Prescrição Médica</b>	<b>Horário</b>	<b>Evolução Médica</b>		
1) dieta livre		Alc Plôdice		
2) SGL 2000 ml EV 2x/d				
3) cefazolina 1g EV 8/8h				
4) Talatid 20mg EV 12/12h				
5) aspirina 2ml + N/EV 6/6h				
6) cloranfenicol 40mg SC 1x/dia				
7) curativos				
8) CLEC - 3000				
9) Alc Plôdice				




**Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande**  
**Dom Luis Gonzaga Fernandes**

Nome do Paciente <i>José Antônio Lima</i>		Nº Prontuário <i>241</i>	
Data da Operação <i>27/08/12</i>	Enf.	Leito	
Operador <i>Dr. Schwartz Costa</i>		1º Auxiliar <i>Dr. Ricardo</i>	
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador	
Anestesia <i>Dr. Evolimen</i>	Tipo de Anestesia <i>geral</i>		
Diagnóstico Pré-Operatório <i>FX exposta de fêmur D</i>			
Tipo de Operação <i>Intenções cirúrgicas de fechar exposta de fêmur D</i>			
Diagnóstico Pós-Operatório <i>O mesmo</i>			
Relatório Imediato da Patologia <i>sem</i>			
Exame Radiológico no Ato <i>sem</i>			
Acidente Durante a Operação <i>sem</i>			
<i>fratura el fechada feita</i>			

**DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO**

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspectos Visceras

- 1 - fratura em fechada com sel antisept*
- 2 - preparo + desbridamento*
- 3 - Campos Campos Estêreis*
- 4 - Lavagem abundante el sf 99% / el + H<sub>2</sub>O<sub>2</sub> + RPI*
- 5 - fechamento de ferido potencializado*
- 6 - aproximação de fratura*
- 7 - fixação*
- 8 - curativo*
- 9 - colocação de gesso no membro*

  
**DR. SCHWARTZ COSTA**  
 Ortopedia - Traumatologia  
 Cirurgia da Coluna  
 CRM 5523

Mod. 018

**RELATÓRIO DE OPERAÇÃO**







GOVERNO  
DA PARAÍBA

09



SUS  
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

## CARTÃO DE RETORNO

PACIENTE:

Jose Antonio Nunes

DATA DO ATENDIMENTO:

29 / 08 / 12

N.º PRONTUÁRIO:

937055

FICHA:

DIAGNÓSTICO:

fratura do fêmur distal

PROCEDIMENTO:

Redução + fixação

MEDICO (CARIMBO):

Dr. Auraco Jorge

25/08/12

DATA RETORNO

ESPECIALIDADE

TURNO

AREA

Retorno após 15 dias no Hospital Padua

Obs. Placa com autossolução.

23/10/12

— +

14:30 12:00

27/11/2012

Ortop HPL

torção 12:00

5/2/2013

Ortop HPL

torção 12:00

23/4/2013

Ortop HPL

torção 12:00

27/11/2013

Ortop HPL

torção 12:00





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
**Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes**

### ATESTADO

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(A) SR.(A): Antonio Jose Nunes  
PORTADOR(A) DA CARTEIRA PROFISSIONAL Nº. \_\_\_\_\_

SÉRIE \_\_\_\_\_ ESTEVE INTERNADO(A) NESTA UNIDADE HOSPITALAR SUBMETENDO-SE A  
TRATAMENTO ESPECIALIZADO DE ENTIDADE NOSOLÓGICA DE Nº. 5-22 NO CID. DURANTE  
O PERÍODO DE 27/08/12 A 30/09/12 NECESSITANDO DE  
120 (cento e vinte) DIAS DE AFASTAMENTO DE SUAS ATIVIDADES  
Campina Grande, 30/09/12 Ass. do Médico - Nº. do CRM \_\_\_\_\_

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o  
Dr., \_\_\_\_\_ a registrar o diagnóstico  
codificado CID ou por extenso neste atestado médico

Ass. do Paciente ou Responsável \_\_\_\_\_

MOD. 080



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 16/04/2019 10:12:37

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041610143300000000020023415>

Número do documento: 19041610143300000000020023415

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA  
COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 08/10/2015 12 horas 05 minutos

Processo: 0001037-12.2015.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO SUMARIO

SEGURO

Valor da causa : 13500,00

Serie : 11

Autor : ANTONIO JOSE NUNES

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANA CRISTINA SOARES PENAZZI CO

Promotor: ALCIDES LEITE DE AMORIM

37/10/15

DATA  
Distribuído por: [Assinatura]  
Em 13.10.15  
[Assinatura]

CONCLUSÃO  
Distribuído por: [Assinatura]  
Em 14.10.15  
[Assinatura]





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE PICUÍ**  
Vara Única

38  
m

Processo nº: 00001037-12.2015.815.0271

**DESPACHO**

**R. H.**

**Vistos etc.**

Intime(m)-se a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, instruindo-a com prévio requerimento administrativo junto à seguradora ré, sob pena de indeferimento da inicial<sup>1</sup>.

Cumpra-se.

Picuí, 1 de dezembro de 2015.

**VLADIMIR JOSÉ NOBRE DE CARVALHO**  
JUIZ DE DIREITO

**DATA**

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, 15 / 01 / 2016

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)

CERTIDA  
Carência que expedei nota de  
FORO Nº 001/16  
Picuí, 22 01 16  
m

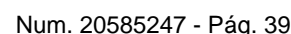
- 1 RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240. RECURSO DESPROVIDO. Decisão: Trata-se de recurso extraordinário, interposto por Welho Lopes de Oliveira Bezerra, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão da Turma Recursal Única Cível e Criminal da Comarca de Imperatriz/MA, assim do (fl. 157): "SÚMULA DO JULGAMENTO. RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DE OFÍCIO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. POR UNANIMIDADE. 1. Inexiste uma das condições da ação, pois não há indício de que fora realizado qualquer pedido administrativo. 2. Princípio da inafastabilidade da jurisdição. As garantias constitucionais devem se submeter às normas infraconstitucionais do direito processual, neste caso, a falta de interesse processual. 3. Necessidade do prévio requerimento administrativo, gerando a pretensão resistida e configurando a necessidade de intervenção do Poder Judiciário. 4. Sendo a condição da ação matéria de ordem pública, pode ser examinada ex officio e a qualquer tempo ou grau de jurisdição, inclusive pelas Turmas Recursais. 5. Reconhecimento, de ofício, da falta de interesse de agir e extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, excluindo-se a condenação porventura fixada em sentença. 6. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. 7. Por unanimidade". Opostos embargos de



*declaração, foram rejeitados. Nas razões do apelo extremo, sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, alega violação ao artigo 5º, XXXV e XXXVI, da Constituição Federal. O Tribunal a quo admitiu o recurso extraordinário. É o relatório. DECIDO. Não merece prosperar o recurso. Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Sessão do dia 03/9/2014, nos termos do seguinte trecho do referido julgado: A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. Ex positis, DESPROVEJO o recurso, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Publique-se. Brasília, 4 de fevereiro de 2015. Ministro Luiz Fux Relator Documento assinado digitalmente (STF - RE: 839353 MA, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 04/02/2015, Data de Publicação: DJe-026 DIVULG 06/02/2015 PUBLIC 09/02/2015).*



01041 P: processo: 2001567.23.015.8-5.0301 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: FRANCIALMO MEDEIROS DE ARAUJO ADV: ANTONIO CEBAR LOPES UQUILINO, REU: ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A ADV: PAULO GUSTAVO DE MELLO SILVA SOARES. Despesa: Irtrim-e-sous partes por



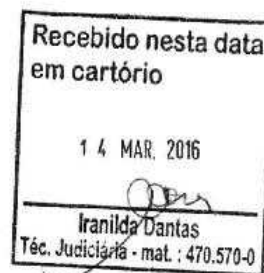


RECEBIDA  
JUIZ DE DIREITO  
a petição  
Pou. 14  
03/16  
Nun



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.


PROCESSO Nº. 0001037-12.2015.815.0271



ANTONIO JOSÉ NUNES, já devidamente qualificado nos Autos dessa Ação de Cobrança, Vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, REQUERER, a juntada do Requerimento Administrativo, pugnando desde já que esse juízo conceda ao autor um prazo de 60 (sessenta dias) para eventual conclusão de tal procedimento administrativo, e/ou, então, agende audiência de conciliação nos termos do Rito Sumário, dando assim o devido prosseguimento desse feito processual.

Nestes Termos,  
Pede deferimento.

Picui – PB, 14 de março de 2016.



**NILO TRIGUEIRO DANTAS**  
OAB-PB 13.220





Seguradora Líder - DPVAT

SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

INVALIDEZ PERMANENTE E DAMS **ID**

## IDENTIFICAÇÃO

VÍTIMA Antonio Jose Nunes  
 DATA DO ACIDENTE 26.08.2012 CPF DA VÍTIMA 090.792.441-94  
 PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO  
 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR ☒ VÍTIMA ☐ REPRESENTANTE LEGAL, CUIDO PARANTESCO COM A VÍTIMA É  
 ENDEREÇO DO PORTADOR Sítio Vitoriosa  
 Nº 610 COMPLEMENTO zona rural BAIRRO zona rural  
 CIDADE Beça Abreia UF PA CEP 58.184-000  
 E-MAIL  TELEFONE (81) 3371-1234

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

## DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

- ☒ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)  
☒ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
☒ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
☐ LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)  
☒ NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL) ASSINADA PELA VÍTIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE CONFIRME A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA  
☒ BOLETIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
☒ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)  
☒ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

## DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - INVALIDEZ PERMANENTE

- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
☐ CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

O REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

## DOCUMENTOS BÁSICOS - DAMS

- ☐ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)  
☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
☐ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
☐ RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SOFRIDAS EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE E DO TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
☐ COMPROVANTES (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES QUITADAS  
☐ NOTAS FISCAIS (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DE FARMÁCIA ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)  
☐ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TAIS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

## DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - DAMS

- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
☐ CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)  
☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

## INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- VALORES DE INDENIZAÇÃO
- MORTE - R\$ 13.500,00
  - INVALIDEZ PERMANENTE - ATÉ R\$ 13.500,00. ESTE VALOR VARIA CONFORME A GRAVIDADE DAS LESÕES E DE ACORDO COM TABELA DE SEGURO PREVISTA NA LUI 6.194/74.
  - DESPESAS MÉDICAS (DAMS) - REEMBOLSO ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO), ESTE VALOR VARIA CONFORME O TOTAL DE DESPESAS COMPROVADAS.

- O PRAZO PARA O PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS, CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA, NA SEGURADORA LÍDER DPVAT
- COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS NESTE FORMULÁRIO
- PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSSE [WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR](http://WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR) OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 8000 022 1204

## PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

DATA 14/03/16  
 IDENTIDADE 361234  
 ASS. NATURA ANTONIO JOSE

## RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NOS CORREIOS

DATA 14/03/16 MATR. CORREIOS 2026.1958  
 NOME SILVIA DE MOURA  
 ASSINATURA Silvia de Moura



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 16/04/2019 10:12:37

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041610143300000000020023415>

Número do documento: 19041610143300000000020023415

CONCLUSÃO  
Concluído nesta data ao MM Jda  
Direto  
Pela 16 03 16  
Escritório / Escrivão





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE PICUI**  
Vara Única

42  
mm

Processo nº 0001037-12.2015.815.0271

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Suspendo o feito pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Notifique-se a seguradora ré para, no prazo de 60 (sessenta) dias, decidir o requerimento formulado administrativamente pelo autor, informando a este juízo acerca da decisão tomada para fins de verificação da existência de interesse processual.

41. Instrua-se a notificação com cópia do documento de folhas

Cumpra-se.

Picuí, 17 de novembro de 2016.

**ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA**  
**Juiz de Direito**

**DATA**

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, 16/11/2016.

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)



DATA  
28/08/17  
2

CERTIDÃO  
Certifico que já decorreu o prazo  
da suspensão processual.  
Fica 28/08/17  
[Assinatura]







**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE PICUÍ  
VARA ÚNICA**

**CARTA DE NOTIFICAÇÃO**

Picuí, 28 de agosto de 2017

Ilustríssimo Senhor

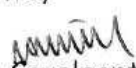
Diretor da Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A  
Rua Senador Dantas nº 74 14º andar - centro  
CEP 20031-205 - Rio de Janeiro - RJ.

Senhor Diretor:

Pelo presente, estou notificando a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A, por intermédio de Vossa Senhoria, para no prazo de sessenta (60) dias, decidir o requerimento formulado administrativamente pelo(a) autor(a) **ANTONIO JOSÉ NUNES, portador(a) do CPF nº 096 792 144-94 e RG nº 3.612.311 SSP/PB**, informando a este Juízo acerca da decisão tomada para fins de verificação da existência de interesse processual, a fim de instruir os autos da Ação de Cobrança de Indenização de Seguro DPVAT c/c Reparação de Danos nº 0001037-12.2015.815.0271.

Segue em anexo o documento de folhas 41.

Atenciosamente,

  
Vinícius José Cavalcanti de Lima  
Analista Judiciário



0 A R  
04 10 17  
mmmm





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Protocolo: D005204170271

Data : 03/10/2017 Hora : 08:19:17

Tipo : AVISO DE RECEBIMENTO

Processo : 0001037-12.2015.815.0271

Status : ATIVO

Justiça Gratuita : NÃO

Comarca : PICUI

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Classe : PROCEDIMENTO SUMARIO

Assunto : SEGURO

Parte(s) Peticionante(s):

TERCEIROS

Localizador: AR AGUARDA DEVOLUÇÃO

44  
cm




Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 16/04/2019 10:12:37


<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041610143300000000020023415>


Número do documento: 19041610143300000000020023415

Correios		SIGEP	AVISO DE RECEBIMENTO	CONTRATO 8012523584
<b>DESTINATÁRIO:</b> Diretor da Seguradora Líder dos Concórdios DPVAT Rua Senador Dantas, 74 14º ANDAR, Centro 20031205 - Rio de Janeiro-RJ			<b>TENTATIVAS DE ENTREGA:</b> 1º _____ 2º _____ 3º _____	
<b>REMETENTE:</b> Comércio de Picuí - Viana Única <b>ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO OBJETO:</b> Rua São Sebastião, s/n Centro 58167000 - Picuí-PB			<b>MOTIVO DE DEVOLUÇÃO:</b> <input type="checkbox"/> 1. Recusado <input type="checkbox"/> 2. Faltando dados <input type="checkbox"/> 3. Não entregue <input type="checkbox"/> 4. Desconhecido <input type="checkbox"/> 5. Outros	
<b>ASSINATURA DO REMETENTE</b> _____			<b>ASSINATURA DO RECEBENTE</b> _____	

AR6465610030A







**R. Júnior**  
**6.955.534-7**



45  
*car*

IRANILDA DANTAS  
a Petição  
19 10 17  
mm



Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT  
Tel 21 3861-4600 - www.seguradoralider.com.br  
Rua Senador Dantas 74, 5º andar  
Centro Rio de Janeiro CEP 20031-205



Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2017  
DPVAT/JUR - 4008//2017

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI/PB  
Rua São Sebastião, s/nº, Centro  
58187-000 - Picuí - PB

GERÊNCIA DO FÓRUM

às 10:48 horas

**Assunto: Carta de Notificação**  
**Processo nº 0001037-12.2015.815.0271**

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**,  
CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro,  
Rio de Janeiro, CEP 20031205, vem, em atenção ao processo em epígrafe, prestar os  
esclarecimentos que se seguem:

Consta em nossos registros, pedido de indenização do Seguro DPVAT, por **invalidez permanente**, em razão do acidente de trânsito ocorrido em **26/08/2012**, com a vítima **ANTÔNIO JOSÉ NUNES**, CPF/MF nº 096.792.144-94, junto a Comprev Seguradora S/A, entretanto, até a presente data, não houve prosseguimento da análise do processo administrativo, uma vez que não foram apresentados os documentos solicitados à época, essenciais à regulação do sinistro, quais sejam:

- Declaração do Proprietário do Veículo;
- Comprovante de Residência.

Por fim, encaminhamos, anexa, carta enviada à vítima informando a negativa da indenização por ausência de documentos.

Manifestando votos de estima e consideração, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente

Ana Carolina Guimarães  
Coordenador Jurídico

ACRF

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder-DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.







Seguradora Líder - DPVAT

47  
anexos

Rio de Janeiro, 27 de Setembro de 2016

Carta nº 9782680

a/c: ANTONIO JOSE NUNES

Sinistro: 3160226000 ASL-0831380/16  
Vítima: ANTONIO JOSE NUNES  
Data Acidente: 26/08/2012  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador:

Assunto: NEGATIVA POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Até a presente data, não recebemos a documentação complementar solicitada para prosseguimento da análise do seu pedido de indenização DPVAT, nem qualquer manifestação no sentido de que estivessem sendo tomadas providências para sua obtenção.

Tendo em vista que a(s) pendência(s) indicadas não foi(ram) sanada(s), e não houve qualquer nova manifestação sua nesse processo de sinistro por um período superior a 180 dias, informamos que a análise do seu pedido de indenização DPVAT foi finalizada com a recusa da indenização por falta de comprovação documental da cobertura para o sinistro.

A documentação original permanecerá arquivada, podendo ser retirada pelo senhor(a), ou por procurador devidamente constituído para este fim, conforme instruções contidas em nosso site [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br).

Em caso de dúvida, favor acessar nosso site ou entrar em contato conosco gratuitamente por meio do SAC 0800 022 12 04.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00141/00142 - carta\_16



em data de 17/10/17  
de origem o prazo de 15 dias  
sem que mais fosse requer  
ido pela parte.  
Sem E. Dantas  
um



CSIR/111-10  
Sistema de Ingresso no J. de 1ª Inst.  
19 10 17  
mmf

48  
am





PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DA PARAÍBA  
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI

49  
2

Processo nº 1037-12.2015.815.0271

DESPACHO

Vistos etc.,

Defiro o pedido de justiça gratuita, eis que os documentos de fls. 19 é indicativo de que o autor tem renda mensal inferior a 02 salários-mínimos.

Ademais, o requerimento administrativo foi indeferido por falta de documento, razão pela qual de a ação ter curso, motivo pelo qual dispenso neste momento processual a audiência de conciliação/mediação, tendo em vista a ausência de núcleo de conciliação na comarca, bem como porque a prática forense revela que em ações desta natureza, somente após a realização de perícia é que a parte promovida apresenta proposta de acordo, mostrando-se assim, por hora, contraproducente a realização da mesma.

Sendo assim, determino a citação da parte promovida para querendo em 15 dias apresentar contestação, bem como a intimação da parte autora para em seguida, se juntada defesa, em 15 dias impugnar.

Cumpra-se.

Picuí, 13 de março de 2018.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA  
Juiz de Direito

DATA  
Recebido nesta data em Cartório.  
Pica. 03/04/19  
Assinado / Recebido em Cartório





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUÍ

VARA ÚNICA DE PICUÍ  
Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB  
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

**ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0001037-12.2015.8.15.0271**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**AUTOR: ANTONIO JOSE NUNES**


**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A**

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0001037-12.2015.8.15.0271 para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e INTIMO as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.**

João Pessoa/PB, 28 de julho de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA  
Técnico Judiciário



	<p><b>PODER JUDICIÁRIO</b>  <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>  <b>ESTADO DA PARAÍBA</b>  <b>COMARCA DE PICUI</b></p> <hr/> <p><b>VARA ÚNICA DE PICUI</b>  Rua São Sebastião, S/N, Centro, Picuí/PB  CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403</p>
<p align="center"><b>EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO</b></p>	
<p><b>Nº DO PROCESSO: 0001037-12.2015.8.15.0271</b>  <b>PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)</b>  <b>AUTOR: ANTONIO JOSE NUNES</b>  <b>REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.</b></p>	
<p>De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara Unica, intimo Vossa Excelência do despacho de ID <b>20585247</b>,  <b>página 55.</b></p> <p>Picuí/PB, 12 de maio de 2020.</p> <p align="right">LOURDEMAR VERAS FARES DAVID  Técnico Judiciário</p>	







PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUÍ

VARA ÚNICA DE PICUÍ  
Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB  
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

### MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0001037-12.2015.8.15.0271  
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
AUTOR: ANTONIO JOSE NUNES  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Picuí, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte:

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ

para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado cumprido, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte promovente na petição inicial.

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

Picuí/PB, 12 de maio de 2020.

De ordem, LOURDEMAR VERAS FARES DAVID

Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento"

INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial	19041610143300000000020023415
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19072816270090400000022345894
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19072816270090400000022345894



Ciente e aguarde-se o retorno da citação enviada, para que o autor possa impugnar a futura contestação a ser apresentada pela ré nesses autos.

